

EDITORIAL: POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA O MULTILINGUISMO GLOBAL

Gilvan Müller de Oliveira

Professor Associado, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-3668-2616>

Umarani Pappuswamy

Professora e diretora-adjunta, Central Institute of Indian Languages, Índia
<https://orcid.org/0000-0002-4105-9530>

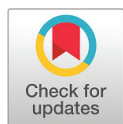
Martha Lucía Pulido Correa

Professor Titular, Universidad de Antioquia, Colômbia
<https://orcid.org/0000-0002-1797-0703>

No mundo globalizado de hoje, o multilinguismo não é mais apenas um reflexo da diversidade linguística, mas um mecanismo crítico que molda os cenários sociais, econômicos e políticos. Com níveis sem precedentes de mobilidade global, migração e interação transnacional, o multilinguismo se tornou tanto uma norma quanto uma necessidade para indivíduos e instituições. A linguagem é o meio pelo qual as identidades são formadas, o poder é negociado e os patrimônios culturais são preservados, tornando o multilinguismo um componente essencial da vida moderna. Dessa forma, as práticas linguísticas vão além da mera comunicação e servem como ferramentas de empoderamento, inclusão e, em alguns casos, exclusão.

A gestão do multilinguismo emergiu como um tema central nas políticas linguísticas contemporâneas, seja para suprimi-lo, a partir de uma perspectiva da língua-como-problema, ou para incentivá-lo, a partir da língua-como-direito ou língua-como-recurso (Ruiz, 1984). Estamos cada vez mais conscientes da relação ativa entre ambos os conceitos — multilinguismo e políticas linguísticas — para a promoção de línguas e repertórios linguísticos, e de que o multilinguismo é, nesse sentido, um ativo para a construção de nações plurais, pós-nacionais e, em última instância, para a formação de um mundo multipolar.

Historicamente, os estudos de linguagem foram dominados por perspectivas do Norte Global, particularmente da Europa e da América do Norte. Esses pontos de vista frequentemente priorizaram ideologias monolíngues, a padronização e a pureza linguística. Sob esse prisma, as realidades multilíngues de pessoas em contextos urbanos multiculturais são vistas através da separação linguística, na qual as línguas são tratadas como entidades distintas, com fronteiras claras (Makoni & Pennycook, 2007). A suposição era de que a língua funcionava dentro de sistemas estruturados, que podiam ser definidos e controlados de maneira clara.



<https://doi.org/10.17533/udea.ikala.358582>

Editores: Gilvan Müller de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; Umarani Pappuswamy, Central Institute of Indian Languages, Índia; Martha Lucía Pulido Correa, Universidad de Antioquia, Colômbia; Luanda Sito, Universidad de Antioquia, Colômbia. Esta edição especial de Políticas e práticas para o multilinguismo foi feita no domínio da Cátedra unesco em plm, Universidade de Antioquia, 2022-2026.

Direitos patrimoniais, Universidad de Antioquia, 2024. Este é um artigo em acesso aberto, distribuído nos termos da licença by-nc-sa 4.0 Internacional da Creative Commons.



No entanto, nas últimas décadas, os avanços teóricos em sociolinguística têm mudado essa visão. Pesquisadores como McKinney *et al.* (2024) argumentam que o multilinguismo vai além da mera coexistência ou interlocução de línguas. Pelo contrário, ele transcende as fronteiras geográficas, investigando contextos sociais e políticos mais profundos que moldam o uso da linguagem. Essa compreensão é especialmente relevante para países do Sul Global, onde a língua há muito tempo está entrelaçada com questões de identidade, poder e desigualdade.

Nesse novo paradigma, a *superdiversidade* — introduzida por Vertovec (2007) e desenvolvida por Blommaert & Rampton (2011) — desafia a noção de línguas como sistemas discretos. Em vez disso, a superdiversidade enfatiza que, em sociedades onde indivíduos de origens étnicas, linguísticas e culturais variadas se encontram, o uso da língua é fluído, adaptativo e altamente dependente do contexto. Em vez de ser confinados por categorias linguísticas fixas, os falantes em contextos superdiversos recorrem a diferentes recursos semióticos para navegar em ambientes sociais complexos. Essa estrutura é particularmente significativa em espaços urbanos e setores como saúde e educação, onde a comunicação intercultural é vital (Blommaert & Rampton, 2011).

O conceito de *plurilinguismo* é outro que tem causado impacto nas sociedades. Ele se concentra na ideia de que os indivíduos possuem um repertório de habilidades linguísticas que podem utilizar de maneira flexível em diferentes contextos. Segundo Moore & Gajo (2009), o plurilinguismo vai além da ideia de multilinguismo como domínio de várias línguas, enfatizando, ao invés disso, a natureza adaptativa do uso da linguagem. Essa abordagem é particularmente relevante em sociedades globalizadas, onde os indivíduos podem precisar alternar de uma língua para outra em diferentes contextos sociais, profissionais e digitais. O plurilinguismo tem implicações para a educação e as políticas linguísticas, pois desafia as ideologias monolíngues tradicionais que sustentam muitos sistemas educacionais. Na educação plurilíngue, os estudantes são incentivados a utilizar suas línguas maternas, bem como línguas adicionais, para criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo.

A migração e a mobilidade globais complicaram ainda mais o panorama. A diversidade linguística é cada vez mais reconhecida como uma questão crítica. Por um lado, línguas globais como o inglês ganharam domínio, especialmente em setores como educação, negócios e diplomacia, criando oportunidades de ascensão social e integração econômica. Por outro lado, essa dominância levantou preocupações sobre a marginalização de línguas menos poderosas, que podem ser relegadas à periferia da vida pública. Políticas neoliberais, com sua ênfase no crescimento, flexibilidade e individualização, redefiniram o ensino e a aprendizagem de línguas, muitas vezes priorizando competências linguísticas voltadas para o mercado

(Duchêne & Heller, 2012). No entanto, esse foco na língua como ferramenta para o avanço econômico pode opacar as ricas dimensões culturais, históricas e identitárias do multilinguismo, levando à marginalização de línguas menos poderosas economicamente.

Assim, o multilinguismo, nesse sentido, não é meramente um fenômeno linguístico; é também um campo de luta pela sobrevivência cultural e pela agência política. Em contextos nos quais os direitos linguísticos estão vinculados à educação, saúde, oportunidades econômicas e proteção legal, a forma como as línguas são valorizadas e utilizadas tem profundas implicações para a equidade social. Nesse contexto, o papel do multilinguismo como uma ferramenta social e política torna-se evidente. As políticas linguísticas no Sul Global são frequentemente moldadas por legados históricos de colonialismo, nos quais as línguas coloniais dominantes continuam a manter o poder nos domínios oficial e educacional, enquanto as línguas indígenas e locais lutam por reconhecimento. Isso cria uma tensão entre a promoção da equidade linguística e a necessidade de se adaptar aos mercados linguísticos globalizados. Como resultado, as realidades multilíngues em regiões como América Latina, Índia e África do Sul revelam negociações complexas de poder, identidade e acesso.

Uma preocupação central nessa mudança é o reconhecimento de que as vozes e as realidades linguísticas do Sul Global — abrangendo regiões como a África, o sudeste Asiático, o subcontinente indiano e a América do Sul — foram historicamente negligenciadas na linguística aplicada convencional ou na politologia da língua. No cerne dessas discussões estão os legados coloniais que moldaram as políticas linguísticas em todo o Sul Global. Acadêmicos pós-coloniais, como Mignolo (2011), defendem a descolonização das políticas linguísticas para promover a justiça linguística, reconhecendo o valor intrínseco das línguas indígenas. Phillipson (1992) critica a dominância das antigas línguas coloniais (como o inglês, o francês e o espanhol) nas esferas governamentais, educacionais e econômicas, o que perpetua o imperialismo linguístico. Como resultado, o multilinguismo em regiões como América Latina, África do Sul e Índia continua a lidar com questões de sobrevivência cultural e agência política.

Além das dimensões sociais e políticas do multilinguismo, é essencial considerar os potenciais estéticos e criativos que surgem da diversidade linguística. Um exemplo marcante é o surgimento da literatura multilíngue — romances e poesias que mesclam artisticamente línguas para criar novas formas de expressão literária. Essa tendência ganhou reconhecimento significativo, especialmente após o uso inovador da alternância de código na ficção contemporânea, que tem sido particularmente bem-recebido por leitores da diáspora latino-americana nos Estados Unidos. Esse jogo dinâmico de línguas adiciona camadas de significado e ressonância cultural, aprofundando a experiência do leitor.

Além disso, padrões semelhantes de multilinguismo criativo podem ser observados em outras partes do mundo, como Índia, Colômbia e Brasil, onde paisagens linguísticas diversas têm fomentado tradições literárias únicas que refletem as complexidades dessas sociedades multilíngues. Como observou Bourdieu (1977), “uma língua vale o que aqueles que a falam valem” (p. 651), um sentimento que continua a ressoar nas discussões contemporâneas sobre a colonialidade da língua. A valorização desigual das línguas, impulsionada não apenas por dinâmicas de classe social, mas também por hierarquias raciais arraigadas, ressalta a necessidade de se engajar criticamente com o multilinguismo a partir de uma perspectiva do Sul Global.

Este volume reúne uma seleção diversa de artigos que examinam criticamente o panorama em evolução do multilinguismo, com foco especial no Sul Global. As contribuições abrangem uma ampla gama de tópicos vitais, incluindo educação linguística, políticas linguísticas, direitos linguísticos, mediação intercultural, tradução e acessibilidade, e estudos literários. O crescente papel da tecnologia na promoção da diversidade linguística é outro foco importante, com várias contribuições que dão a conhecer a forma como as ferramentas digitais estão reformulando a comunicação entre línguas.

4 O que torna este volume particularmente significativo é sua ênfase nas dinâmicas multilíngues do Sul Global — contextos que muitas vezes são negligenciados nas conversas globais sobre a língua. Ao trazer essas perspectivas para o centro, a edição especial lança uma nova luz sobre as complexidades do multilinguismo hoje. As contribuições oferecem visões críticas e abordagens inovadoras para desafios como a reforma dos sistemas educacionais, a promoção da equidade linguística e o uso da tecnologia para superar divisões linguísticas, tornando esta coleção uma contribuição oportuna e importante para as discussões em andamento sobre o futuro do multilinguismo.

No contexto da educação superior, o multilinguismo desempenha um papel crítico, especialmente em regiões onde a diversidade linguística reflete desigualdades históricas e sociais. Na África do Sul, por exemplo, apesar de a política multilíngue do país teoricamente apoiar a inclusão das línguas africanas em ambientes acadêmicos, essas línguas permanecem sub-representadas, afetando o desempenho acadêmico dos falantes de línguas indígenas. O estudo de caso de Gambushe ilustra como a integração limitada das línguas africanas contribui para o baixo desempenho estudantil, particularmente à medida que o inglês e o africâner continuam a dominar o ambiente acadêmico. O estudo argumenta que abordagens plurilíngues — que incentivam os estudantes a utilizar todos os seus recursos linguísticos — poderiam oferecer um modelo mais inclusivo para a educação superior.

Este estudo de caso ressoa com os temas de outras regiões onde as políticas linguísticas continuam sendo uma questão crítica. Por exemplo, na Colômbia, mulheres indígenas que aprendem inglês como parte de sua jornada acadêmica enfrentam um conjunto único de desafios. Embora o inglês seja frequentemente visto como uma chave para o sucesso acadêmico e econômico, ele também representa uma ameaça às identidades culturais das comunidades indígenas. O estudo de caso de Velásquez e Giraldo explora como essas mulheres navegam na tensão entre abraçar oportunidades globais através do inglês e lutar para preservar seu patrimônio linguístico.

A dominância do inglês como língua global continua a moldar o sistema educacional colombiano, levantando preocupações sobre a marginalização das línguas indígenas. O estudo de caso colombiano examina como as políticas de educação multilíngue podem ser reestruturadas para apoiar tanto as competências linguísticas globais quanto a preservação do patrimônio linguístico indígena. As conclusões defendem uma abordagem plurilíngue que empodera os estudantes a desenvolver um repertório linguístico flexível, incorporando tanto línguas globais quanto locais.

Examinando mais a fundo o sistema de educação superior da Colômbia, Miranda *et al.* criticam a priorização do inglês para a competitividade internacional, o que contribui para a estratificação linguística e a mercantilização do inglês. Baseado na teoria crítica da raça e na decolonialidade, o estudo critica o modelo bilíngue inglês-espanhol e recomenda uma abordagem multilíngue mais inclusiva. Seus resultados sugerem que as ideologias centradas no inglês predominam, marginalizando muitas vezes outras línguas e realidades socioculturais. O estudo oferece conhecimentos valiosos para reformular as estruturas linguísticas na educação superior, de modo a acomodar melhor a diversidade linguística por meio de uma abordagem mais holística e inclusiva.

Esses exemplos ilustram as complexidades da educação multilíngue em contextos pós-coloniais. A dominância das línguas globais na educação superior pode servir tanto como uma porta de entrada para oportunidades, quanto como um mecanismo de exclusão, particularmente para estudantes cujas línguas maternas são marginalizadas. Este volume defende a necessidade de repensar as políticas linguísticas na educação superior para promover uma maior inclusão das línguas locais, não apenas como matérias de estudo, mas também como meios de instrução.

Nos contextos de saúde, a comunicação eficaz é muitas vezes uma questão de vida ou morte. O multilinguismo nos cuidados de saúde, portanto, torna-se uma questão crucial, especialmente em países com populações diversas. O estudo de caso romeno de Ioniță e Vlad, incluído neste volume, explora como estudantes internacionais de medicina e pacientes locais navegam por barreiras linguísticas em ambientes clínicos. O estudo mostra que, embora o inglês

possa servir como língua franca na educação médica, as línguas locais permanecem essenciais para o atendimento eficaz ao paciente. As conclusões destacam a necessidade de que os sistemas de saúde desenvolvam estratégias de comunicação multilíngue que garantam que os pacientes possam compreender as informações médicas e expressar suas necessidades. Isso inclui o treinamento de profissionais de saúde em diversidade linguística e cultural, bem como o desenvolvimento de serviços de tradução e interpretação para preencher as lacunas de comunicação. O estudo oferece uma contribuição valiosa para as discussões em andamento sobre como as instituições de saúde podem se tornar mais inclusivas do ponto de vista linguístico, especialmente em regiões onde a migração e a diversidade cultural estão em ascensão.

As implicações econômicas do multilinguismo são mais claramente vistas no campo do comércio digital, onde a localização linguística pode criar ou quebrar relacionamentos comerciais. O estudo de caso andaluz de Ramírez-Delgado, presente neste volume, explora os desafios do comércio digital em ambientes multilíngues, com foco específico no setor agroalimentar, e mostra como a localização linguística impacta o comércio transfronteiriço. As conclusões indicam que, enquanto as empresas investem na localização de *websites* para seu público de língua inglesa, outras línguas — como o francês, que é fundamental para o comércio da Andaluzia com países francófonos — frequentemente sofrem com traduções inadequadas. O estudo mostra que uma localização deficiente pode levar a mal-entendidos e a perda de oportunidades comerciais, enfatizando a necessidade de estratégias multilíngues mais robustas no comércio internacional.

As implicações econômicas do multilinguismo vão além do comércio, pois as políticas linguísticas também desempenham um papel fundamental na formação dos mercados de trabalho, nas políticas de imigração e no acesso a recursos econômicos. Países com políticas multilíngues fortes frequentemente veem uma maior inclusão econômica, particularmente para populações migrantes que trazem habilidades linguísticas diversas para a força de trabalho. No entanto, esses benefícios nem sempre são distribuídos de forma equitativa, e a mercantilização das línguas globais pode reforçar hierarquias linguísticas que privilegiam os falantes de línguas dominantes em detrimento daqueles que falam línguas indígenas ou minoritárias.

Em um estudo comparativo sobre políticas linguísticas em relação ao espanhol em Trinidad & Tobago e nas Filipinas, realizado por Antony Hoyte-West (neste volume), o foco se desloca para contextos pós-coloniais onde o espanhol ressurgiu como uma língua significativa, apesar de seu passado colonial. Ambas as nações compartilham uma história de domínio colonial pela Espanha, seguida pela dominação de potências de língua inglesa (o Reino Unido em Trinidad & Tobago e os Estados Unidos nas Filipinas). Nos últimos anos, ambos os países têm experimentado um

renovado interesse pelo espanhol, impulsionado por fatores educacionais, políticos e socioculturais. Ao aplicar um quadro de política linguística cíclica, o estudo explora as etapas do desenvolvimento de políticas, desde a sua emergência até a avaliação, e destaca como as influências geopolíticas moldam as políticas linguísticas contemporâneas. A análise esclarece como as nações pós-coloniais assumem a reintrodução de uma língua colonial anterior no contexto mais amplo da globalização e da formação da identidade nacional.

A pesquisa de Hoyte-West destaca ainda como esse ressurgimento não é isolado, mas parte de uma tendência pós-colonial mais ampla. Seu trabalho chama a atenção para as forças políticas, educacionais e culturais que moldam o retorno do espanhol nessas regiões. Ao expandir esse quadro para outras nações do Caribe e do sudeste asiático, o estudo sugere que lições importantes podem ser extraídas para contextos pós-coloniais, onde laços de línguas históricas precisam ser equilibrados com as necessidades multilíngues modernas. Isso torna o estudo particularmente relevante para compreender as complexas negociações que cercam as políticas linguísticas nesses contextos.

Em sociedades multilíngues, a língua desempenha um papel crucial na mediação intercultural — o processo de facilitar a comunicação entre pessoas de diferentes origens linguísticas e culturais. Isso é especialmente importante em setores como saúde, educação e o sistema jurídico, onde a comunicação eficaz pode determinar o sucesso ou fracasso dos esforços de integração social. O estudo de caso do setor de saúde romeno incluído neste volume oferece um exemplo convincente de como o multilinguismo pode ser aproveitado para melhorar o atendimento ao paciente e reduzir mal-entendidos culturais. Nos contextos médicos, a capacidade de comunicar-se eficazmente através de barreiras linguísticas é essencial para garantir que os pacientes recebam o atendimento necessário. O estudo destaca a necessidade de que os profissionais de saúde sejam treinados tanto em sensibilidade linguística quanto cultural, assim como a importância dos serviços de tradução e interpretação para facilitar a comunicação entre pacientes e prestadores de serviços de saúde.

A mediação intercultural também desempenha um papel fundamental na educação, em que salas de aula multilíngues frequentemente reúnem estudantes de diversas origens linguísticas e culturais. Em tais ambientes, os professores devem atuar como mediadores, ajudando os alunos a navegar pelas diferenças culturais que moldam suas experiências de aprendizagem. Sara Lucía Monroy (neste volume) argumenta que a educação multilíngue pode servir como uma ferramenta poderosa para a coesão social, promovendo o entendimento cultural e o respeito mútuo entre estudantes de diferentes origens linguísticas.

A contribuição sobre a língua forro em São Tomé e Príncipe, feita por Montroy e Garcia-Azkoaga (neste volume), oferece visões críticas sobre o papel das

línguas minoritárias na comunicação intergeracional e na inclusão social. Em um contexto onde o forro coexiste com o hegemônico português e tem uma presença institucional limitada, o estudo explora como métodos criativos, como oficinas de dublagem, podem ajudar a superar a lacuna geracional e garantir a transmissão do forro para as gerações mais jovens. Através da colaboração entre falantes idosos e crianças, o estudo demonstra como ferramentas audiovisuais podem revitalizar línguas minoritárias, promover a coesão cultural e dar visibilidade às comunidades linguísticas marginalizadas. Ao enfatizar os benefícios sociais e culturais de tais projetos, este trabalho destaca o potencial das intervenções digitais para apoiar a diversidade linguística e combater a exclusão social experimentada por falantes de línguas ameaçadas.

Rodríguez-Fuentes e Denny (neste volume), em seu estudo sobre Programas de Intercâmbio Acadêmico em Centros de Escrita entre a *Universidad del Norte* e a *Purdue University*, exploram como uma abordagem de translinguagem foi aplicada à formação de tutores, com foco no uso fluido de inglês e espanhol. O estudo de caso destaca o valor de incorporar a teoria decolonial na educação multilíngue, particularmente no contexto dos centros de escrita. Com uma crítica sobre o foco do programa em objetivos institucionais pragmáticos, os autores observam que, embora as abordagens práticas de translinguagem tenham sido enfatizadas, uma orientação mais explícita de perspectivas decoloniais poderia ter enriquecido o projeto. O estudo também examina os desafios de implementar a translinguagem em contextos de intercâmbio acadêmico, moldados por restrições institucionais e fatores locais. Em última análise, este programa de intercâmbio destaca o potencial para que esses programas de estudo no exterior promovam pedagogias multilíngues inovadoras e contribuam para práticas educativas decoloniais.

As políticas bilingues na Colômbia nas últimas duas décadas têm se concentrado em promover o espanhol e o inglês como línguas dominantes na educação (Peláez & Usma, 2017). No entanto, surgiram preocupações em relação à estratificação das línguas, à mercantilização do inglês para grupos privilegiados e ao uso de referenciais estrangeiros. Também se reconhece uma lacuna nas condições necessárias para a implementação eficaz de políticas, bem como limitações no modelo de bilinguismo inglês-espanhol, que negligencia a diversidade ecológica e multilíngue do país. O estudo de Miranda *et al.* (neste volume) explora essas questões no ensino superior, com foco em como as políticas linguísticas abordam o acesso, a permanência e a promoção de línguas para estudantes e professores. Conclui com recomendações para a adoção de uma abordagem multilíngue mais inclusiva nas instituições de ensino superior.

Na era digital, tradução e acessibilidade emergiram como componentes críticos da diversidade linguística. No Uruguai, o estudo de Soledad Álvarez

e Mayte Gorrostorrazo (neste volume) sobre a audiodescrição (AD) em filmes destaca a crescente importância da acessibilidade multilíngue nos meios de comunicação. O campo da AD ainda está em estágio inicial no país, mas há esforços para analisar as características linguísticas e textuais dos roteiros de AD no cinema. Usando um corpus multimodal, esta pesquisa fornece uma base tanto para a pesquisa acadêmica quanto para a formação profissional no campo da acessibilidade. O estudo revela que as práticas de AD têm o potencial de expandir a inclusão linguística, especialmente ao se adaptar a contextos multilíngues e proporcionar acesso ao cinema para um público mais amplo, incluindo pessoas com deficiência visual.

O papel da tradução na promoção da diversidade linguística também é explorado por van Egdom (neste volume), que examina a interseção entre a tradução literária e a tecnologia de linguagem, com foco em como a tradução automática (TA) pode ser aproveitada para promover a diversidade linguística e cultural na literatura. No contexto da *Weltliteratur* (literatura mundial), o artigo explora o papel da TA como uma ferramenta para apoiar o fluxo global de literatura e promover a inclusão. No entanto, o autor alerta contra a adoção simplificada da TA, ressaltando que, embora possa aumentar a acessibilidade a literaturas diversas, ela deve ser utilizada com cautela para evitar prejudicar as nuances da tradução cultural e literária. O artigo baseia-se em contribuições dos estudos de tradução, linguística computacional e estudos culturais, propondo estratégias para utilizar a TA de forma eficaz para um panorama literário mais diverso e inclusivo.

O estudo de Jatobá (neste volume) oferece outra perspectiva sobre a tradução, focando em iniciativas de educação linguística e formação de tradutores na China. O artigo examina como as políticas linguísticas externas da China apoiam o ensino de línguas estrangeiras menos comuns, como o português, no âmbito de estratégias geopolíticas mais amplas, como a Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*).

Villada Castro (neste volume) explora os desafios epistemológicos associados à educação plurilíngue no ensino da língua francesa. O estudo propõe ferramentas conceituais para diversificar o ensino do francês, integrando os repertórios linguísticos e culturais heterogêneos dos aprendizes. Examina abordagens e competência de apropriação plurilíngues através de uma reflexão sobre a pesquisa francófona interdisciplinar realizada nas últimas duas décadas. O autor defende uma reavaliação da exclusão tradicional da tradução na didática de línguas e sugere uma abordagem ressignificada da tradução. Ao reinstaurar as funções heurística e metodológica da tradução, o artigo defende práticas mais emancipadoras tanto no ensino do francês quanto na tradução, visando promover o pluralismo no ensino de línguas.

Por fim, a exploração dos direitos linguísticos no Brasil oferece uma perspectiva essencial sobre o arcabouço jurídico em torno das línguas minoritárias.

O estudo de Matos e Carvalho (neste volume) traça a evolução dos direitos linguísticos no discurso jurídico brasileiro, destacando as lutas das comunidades indígenas e outras comunidades marginalizadas para garantir esses direitos. Essa análise jurídica ilustra a luta mais ampla pela cooficialização das línguas e pelo reconhecimento da diversidade linguística dentro dos sistemas jurídicos nacionais.

Juntas, essas pesquisas revelam um quadro complexo de como as políticas linguísticas são promulgadas e praticadas em diferentes regiões e setores. Seja no contexto do ensino superior, da acessibilidade na mídia ou das políticas de ensino de línguas, os estudos mostram como o multilinguismo se cruza com questões de poder, acesso e equidade social. O fio condutor comum entre essas contribuições é a necessidade de políticas linguísticas que não apenas atendam às demandas globais (como a dominância do inglês), mas também promovam a preservação e promoção das línguas locais e indígenas. Como esses estudos mostram, as políticas linguísticas não são meramente questões técnicas; elas estão profundamente ligadas a questões de identidade, inclusão e patrimônio cultural.

Através desses diversos estudos de caso, pesquisas empíricas e explorações teóricas, este volume apresenta o multilinguismo tanto como um recurso quanto como um desafio profundamente enraizado nas estruturas sociais. Ao se basear em exemplos da África do Sul, Colômbia, Romênia, Brasil e outros territórios, a pesquisa aqui apresentada enfatiza a necessidade urgente de políticas linguísticas inclusivas que reflitam as realidades de sociedades cultural e linguisticamente diversas. Justiça linguística, equidade e empoderamento permanecem no cerne dessa questão, e as contribuições deste volume advogam coletivamente por uma reimaginação de como o multilinguismo é compreendido e implementado globalmente.

Olhando para o futuro, o destino do multilinguismo dependerá da capacidade dos formuladores de políticas, educadores e líderes comunitários de criar ambientes inclusivos que valorizem todas as línguas de forma equitativa. Este volume não oferece apenas um panorama do estado atual do multilinguismo global, mas também um projeto para o desenvolvimento de políticas futuras, com a esperança de que esses conhecimentos contribuam para discussões contínuas sobre como criar políticas linguísticas mais equitativas e inclusivas no mundo todo.

Referências

- Blommaert, J., & Rampton, B. (2011). Language and superdiversity. *Diversities*, 13(2), 1–21.
- Bourdieu, P. (1977). The economics of linguistic exchanges. *Social Science Information*, 16(6), 645–668. <https://doi.org/10.1177/053901847701600601>

- Duchêne, A., & Heller, M. (Eds.). (2012). *Language in late capitalism: Pride and profit* (vol. 1). Routledge.
- Makoni, S., & Pennycook, A. (2007). *Disinventing and reconstituting languages*. Multilingual Matters.
- McKinney, C., & Zavala, V. (Eds.). (2024). *The Routledge handbook of multilingualism* (2nd Ed.). Routledge.
- Mignolo, W. (2011). *The darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options (Latin America otherwise)*. Duke University Press Books.
- Moore, D., & Gajo, L. (2009). Plurilingualism and education: A theoretical framework. *International Journal of Multilingualism*, 6(1), 129–148.
- Peláez, O., & Usma, J. (2017). The role of education stakeholders in the appropriation of foreign language education policies: A case study. *Profile*, 19(2), 121–134. <http://doi.org/10.15446/profile.v19n2.57215>
- Phillipson, R. (1992). *Linguistic imperialism*. Oxford University Press.
- Ruiz, R. (1984). Orientations in language planning. *NABE Journal*, 8(2), 15-34. <https://doi.org/10.1080/08855072.1984.10668464>
- Vertovec, S. (2007). Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, 30(6), 1024-1054. <https://doi.org/10.1080/01419870701599465>

Como citar este artigo: De Oliveira, G. M., Pappuswamy, U., & Pulido, M. (2024). Editorial: Policies and Practices for Global Multilingualism. *Íkala, Revista de Lenguaje y Cultura*, 29(3), e1358582. <https://doi.org/10.17533/udea.ikala.358582>